

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

RAYANE ARRUDA DE CARVALHO

ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS – PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES EM CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE.

CARUARU
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

RAYANE ARRUDA DE CARVALHO

ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS – PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES EM CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE.

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso
de Graduação em Administração, da
Universidade Federal de Pernambuco, Centro
Acadêmico do Agreste, como requisito parcial
para aprovação na disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alane Alves Silva

CARUARU

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

C331e Carvalho, Rayane Arruda de.
Estudo sobre os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na vida dos agricultores familiares em Camocim de São Félix - PE.. / Rayane Arruda de Carvalho. – 2018.
56 f. : 30 cm.

Orientadora: Alane Alves Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2018.
Inclui Referências.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil). I. Silva, Alane Alves (Orientadora). II. Título.

CDD 658 (23. ed.) UFPE (CAA 2018-406)

RAYANE ARRUDA DE CARVALHO

ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS – PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES EM CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE.

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste.

Caruaru, 18 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Alane Alves Silva
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico Do Agreste
Orientadora

Prof^a. M.Sc Milka Sousa de Medeiros
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico Do Agreste
Banca

Prof^a. Dr^a. Luciana Cramer
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico Do Agreste
Banca

Dedico esta monografia aos meus pais, minhas irmãs e meu sobrinho, por me fazer capaz de alcançar tudo que sonho, e mesmo diante das aprovações continuamos unidos, reza o amor em nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pai todo poderoso e aos meus guias espirituais, que mesmo sem ver, posso sentir a proteção e as energias positivas emanadas para mim. Agradeço a minha mãe Risoneide, por ela representar o que significa coragem, bravura e luta, e que quando olha para mim, eu vejo amor. Peço a Deus o merecimento de ser um pouquinho o que essa mulher é. Agradeço ao meu pai Sebastião, por refletir toda bondade que há em seu coração, traduz o que é persistência, paciência e amor, meu guerreiro, sempre me faz refletir sobre a vida. Agradeço a minhas irmãs, Rafaela e Renata por ser minhas amigas, apesar de nossas discussões é o laço de amor que nos uni, e nos faz ser o que somos importantes uma para outra.

Agradeço a todos da minha família, sinto o afeto que a mim é dirigido, adoro ser integrante desta loucura.

Agradeço as minhas amigas irmãs, Adenize Silva, Amanda Vasconcelos, Izabel Macêdo e Aline Nayara, eu não teria conseguido alcançar esse sonho sem o auxílio de vocês, a vida nos proporcionou coisas maravilhosas, guardo-as em meu coração como pedras preciosas.

Agradeço imensamente aos meus professores Alane Alves, Francisco Carlos, Rosa Kato, Luciana Cramer, Ricardo Fonseca, Andresa Nogueira, Raquel Ramos, Patrícia Carvalho e Maria Auxiliadora, por ter me proporcionado tanto conhecimento, aprendi com vocês coisas que levarei para sempre em minha vida.

Agradeço a Pedro Bezerra e aos agricultores rurais por ter se disponibilizado a dar informações, sem elas não teria como concretizar meu estudo.

Agradeço aos amigos, Edneide Martins, Renata Kelly, Adrielly Dayane, Alessandro Gleyson, Janiely Lima, Arthur Tarso, Raiane Mere, Bárbara Farias, Danielly Leandro, Jaqueline Barbosa, por me deixaram compartilhar de sua amizade.

“ O sertanejo tem vida dura, não se cansa de trabalhar, bota mão na agricultura, pra ver seu filho estudar, quem nasce da rapadura também chega a caviar”.

(Guibson Medeiros)

RESUMO

A agricultura familiar é a principal fonte de alimentos que abastece o mercado local, sendo ela provedor de desenvolvimento econômico e social. Para que a agricultura familiar pudesse se desenvolver e as necessidades fossem relativamente supridas, foram criadas políticas públicas voltadas para este segmento. O presente estudo enfoca o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, voltados para a realidade dos agricultores familiares em Camocim de São Félix – PE, onde foram identificados os seguintes impactos: aumento da produtividade e renda, que foi proporcionado pela comercialização de seus produtos de forma rotineira e assim, impactando diretamente no aumento da renda do agricultor. Porém, pode-se não ser mensurado o quanto o PAA contribui em geral, pois alguns dos participantes fazem parte de outro programa. Contudo, afirma-se que o PAA tem contribuído para a inclusão social por meio da aplicação de renda dos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura, agricultura familiar, políticas públicas, PAA.

ABSTRACT

Family farming is the main source of food that supplies the local market, providing it with economic and social development. In order for family agriculture to grow and needs be relatively well supplied, public policies were developed for this segment. This study focuses on the Food Acquisition Program - PAA, focused on the reality of family farmers in Camocim de São Félix - PE, where the following impacts were identified: increased productivity and income, which was provided by the commercialization of their products and thus directly impacting the income of the farmer. However, one can not measure how much PAA contributes in general, since some of the participants are part of another program. However, it is stated that the PAA has contributed to social inclusion through the application of farmers' income.

Keywords: Agriculture, family agriculture, public policies, PAA.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 5.1: Faixa etária dos agricultores..... | 37 |
| Gráfico 5.2: Grau de Escolaridade..... | 37 |
| Gráfico 5.3: Estado civil..... | 38 |
| Gráfico 5.4: Número de pessoas da família..... | 38 |
| Gráfico 5.5: Moradia dos Agricultores | 38 |
| Gráfico 5.6: Tamanho da amostra..... | 39 |
| Gráfico 5.7: Exerce outra profissão..... | 39 |
| Gráfico 5.8: Principais cultivos para o comércio..... | 40 |
| Gráfico 5.9: Produção e criação de animais para próprio consumo..... | 40 |
| Gráfico 5.10: Itens comprados e produzidos para consumo..... | 41 |
| Gráfico 5.11: Propriedade para cultivo..... | 41 |
| Gráfico 5.12: Mão-de-obra utilizadas..... | 42 |
| Gráfico 5.13: Análise Técnica pelas organizações..... | 42 |
| Gráfico 5.14: Dificuldade de acesso ao PAA..... | 43 |
| Gráfico 5.15: Informações sobre o programa..... | 43 |
| Gráfico 5.16: Participação dos agricultores em outros programas..... | 44 |
| Gráfico 5.17: Participação em outro programa..... | 44 |
| Gráfico 5.18: Tempo de participação do programa..... | 45 |
| Gráfico 5.19: Fortalecimento da produção através do PAA..... | 46 |
| Gráfico 5.20: Benefícios do PAA..... | 46 |
| Gráfico 5.21: Mudanças após do PAA..... | 46 |
| Gráfico 5.22: Percepção sobre o programa..... | 46 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP – Comissão de Financiamento da Produção.

CEPEA/ ESALQ – Centro de Estudo de Economia Agrícola da Escola Superior Luiz de Queiroz de Piracicaba, São Paulo.

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PE – Pernambuco.

PIB – Produto Interno Bruto.

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos.

PNAE – Programa Nacional de Alimento Escolar.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização do Pequeno Agricultor Rural.

SEAF – Seguro da Agricultura familiar.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.2 | OBJETIVO..... | 13 |
| 1.2.1 | Objetivo Geral | 14 |
| 1.2.2 | Objetivos Específicos | 14 |
| 1.3 | JUSTIFICATIVA | 14 |
| 1.4 | ESTRUTURA..... | 15 |
| 2 | AGRICULTURA..... | 16 |
| 2.1 | AGRICULTURA NO BRASIL..... | 16 |
| 2.2 | AGRICULTURA FAMILIAR..... | 20 |
| 3 | POLÍTICAS PÚBLICA | 23 |
| 3.1 | POLÍTICAS PUBLICAS..... | 23 |
| 3.2 | AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 24 |
| 3.3 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR..... | 26 |
| 4 | METODOLOGIA..... | 30 |
| 4.1 | CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA..... | 30 |
| 4.2 | UNIVERSO E AMOSTRA | 32 |
| 4.3 | PROCEDIMENTO DE COLETA | 32 |
| 4.4 | OBJETO DE ESTUDO..... | 33 |
| 5 | ANÁLISE DOS DADOS | 35 |
| 6 | CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUJESTÕES | 46 |
| 6.1 | CONCLUSÕES..... | 46 |
| 6.2 | LIMITAÇÕES E SUJESTÕES | 47 |
| | REFERÊNCIAS..... | |
| | APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO..... | |
| | APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | |

1 INTRODUÇÃO

Ao decorrer da história, devido à necessidade e subsistência do homem, a agricultura se tornou primordial no processo evolutivo, social e econômico da sociedade. Não diferente do Brasil, onde a agricultura foi e é fator chave para o seu desenvolvimento. Que por sua vez, iniciou-se na produção de cana-de-açúcar, posteriormente do café, a agricultura brasileira mostra-se como uma das maiores exportadoras do mundo em vários tipos de cereais, frutas, grãos, entre outros (STUCKKEY, 2008).

Pela sua importância no cenário do desenvolvimento do país, a agricultura junto com a pecuária, compreende significativamente na economia, onde participa de 23% do PIB (Produto Interno Bruto), representa 48% das exportações totais do país, segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) 2017. Esse setor emprega 19 milhões de pessoas, de acordo com estudo feito pelo Cepea/Esalq 2016 (Centro de Estudos de Economia Agrícola da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, SP)

Diante desse contexto, se insere a Agricultura Familiar, que segundo Pena (2015) consiste na produção agrícola e pecuária feita por pequenos produtores, empregando, em sua maioria, mão de obra pertencente ao núcleo familiar, mas também podendo contar com a presença de trabalho assalariado. Este segmento representa conforme o Ministério do desenvolvimento Agrário 70% de todo alimento consumido no país. Porém, apesar de ser fonte importante e representativa de desenvolvimento, a agricultura familiar passou e passa por desafios e carências, que resultaram na criação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, para que os mesmos pudessem dar continuidade e sustentabilidade as suas atividades rurais (DESTER, 2017).

Com a finalidade de transformar a realidade de muitos agricultores familiares, surge assim, na década de 1990, o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), incentivando a geração de renda, contribuindo para melhor uso de mão-de- obra, através do financiamento de seus serviços e atividades rurais. Tem por principais objetivos a redução da pobreza, buscando assegurar acesso ao crédito aos pequenos agricultores de forma barata, além de integrar os mesmos em outras políticas de desenvolvimento rural (MENDONÇA et al., 2004).

Além desse programa, os agricultores familiares puderam ser integrados a outros, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo como finalidade

prover parte da merenda escolar com produtos derivados da agricultura familiar, o programa prevê que a compra de no mínimo 30% dos alimentos servidos nas escolas de rede pública seja da agricultura familiar (GESPIANOS, 2016).

Outro programa instituído, foi o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), conforme Gespianos (2016) informa, o PAA é executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ele busca, por meio de mercados institucionais, atender órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Dentre outros programas de grande relevância se destaca o PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos), que segundo a CONAB(2017) (Companhia Nacional de Abastecimento), tem como propósito diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atua como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional.

Dessa forma ao identificar alguns dos principais programas de políticas públicas que foram criados para dar suporte aos pequenos agricultores rurais, engajados em sua melhoria contínua da vida no campo, e verificando possíveis fragilidades e demandas, este trabalho tem como objetivo apresentar, como o PAA vem se adaptar à realidade dos agricultores no Município de Camocim de São Felix- PE. Tendo como Pergunta de Pesquisa: Quais os impactos do PAA na vida dos agricultores familiares em Camocim de São Félix- PE?

1.2 OBJETIVOS

Neste estudo, os objetivos se dividem em objetivo geral, tendo como finalidade interagir com as metas que se almeja alcançar ao realizar essa pesquisa; e os objetivos específicos que por sua vez, seguem os caminhos e estratégias que são necessárias para que este trabalho alcance seu objetivo geral.

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem com objetivo geral abordar os impactos e a influência do PAA na vida dos agricultores familiares do município de Camocim de São Félix – PE.

1.2.2 Objetivo Específico

Para poder atingir o objetivo geral proposto, são citados os seguintes objetivos específicos:

- Estudar o contexto da Agricultura no Município de Camocim de São Félix – PE;
- Verificar a quantidade de Agricultores familiares no Município;
- Identificar quais políticas públicas as famílias da agricultura familiar têm acesso;
- Como agricultor familiar pode ter acesso a cada programa ou projeto.
- Identificar quais são os principais cultivos que os agricultores produzem para comércio e consumo.
- Identificar onde produzem e mão-de-obra utilizada.
- Identificar como o PAA impacta na vida dos agricultores familiares.

1.3 JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar desempenha papel fundamental para o desenvolvimento local em que está inserido, suprindo o mercado da região e emprega boa parte da mão de obra. É indiscutível sua importância para o setor econômico e social, porém os agricultores familiares durante toda sua trajetória passaram por grandes dificuldades, por muitas vezes não só não conseguindo suprir suas necessidades básicas, como não tendo condições de realizar suas atividades, assim, foram criadas políticas públicas que dessem suporte para sua subsistência e qualidade de vida.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica onde pretende analisar como as políticas públicas impactam e possam impactar na vida desses agricultores familiares

situados no município de Camocim de São Felix/PE, uma vez que, a agricultura familiar, embora pouco explorada, predomina-se nas pequenas cidades do interior pernambucano. Em termos acadêmicos, mesmo que tenha uma gama de trabalhos abordados neste setor, há poucos trabalhos que estudam e compreendem essa temática no Município de Camocim de São Félix -PE, onde se pretende analisar suas dificuldades resultantes das relações econômicas e sociais com o mercado, bem como, entender as particularidades deste segmento social.

Se torna ainda mais relevante, pois esta autora em sua vida, conviveu ao redor dos pequenos agricultores fazendo parte de sua realidade, onde consegue enxergar suas fragilidades, vulnerabilidades, e que muitas vezes pode ser evidenciada.

1.4 ESTRUTURA

Este estudo é composto por 6 capítulos. O Capítulo 1 (um), denominado introdução, introduz a temática das políticas públicas para agricultura familiar. Ainda neste capítulo contém os objetivos, divididos em objetivo geral e específicos, e justificativa do presente estudo.

Os Capítulos 2 (dois) e 3 (três) tratam de uma abordagem teórica do estudo. O Capítulo 2 (dois) apresenta a agricultura no Brasil e agricultura familiar. Enquanto, o Capítulo 3 (três) trata das políticas públicas e as políticas públicas para a agricultura familiar.

No Capítulo 4 (quatro) é apresentada a metodologia utilizada neste estudo. Já, o Capítulo 5 (cinco) é destinado à análise dos resultados obtidos na pesquisa. Por fim, no Capítulo 6 (seis) são realizadas as considerações finais deste estudo.

2.AGRICULTURA

2.1 AGRICULTURA NO BRASIL

A agricultura no Brasil se deu em várias etapas, se desenvolveu, evoluiu e se tornou um dos principais setores de desenvolvimento do país, fonte de capital e enriquecimento do mercado interno, multiplicados para o mercado internacional, em uma jornada desde seu descobrimento, onde começou sua produção em grande escala, dando seus primeiros passos para ascensão comercial. Iniciando assim, a agricultura no país (VIEIRA; FISHLOW, 2017).

Desde os primórdios do período colonial, a histórica econômica brasileira sempre esteve atrelada à dinâmica de algum produto agropecuário. Uma grande consequência da expansão da área ocupada por diferentes atividades agropecuárias, foi a própria extensão da ocupação do território nacional. No século XVI, iniciou-se no Nordeste, a produção da cana-de açúcar e a interiorização por meio da criação de gado, posteriormente no Maranhão no século XIX, se deu início ao ciclo do algodão, ainda no mesmo século, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, houve a inserção do ciclo do Café. Atualmente a agropecuária é uma fonte essencial de renda nacional, com o cultivo em larga escala de grãos como a soja e o milho (CASTRO, 2016).

Após décadas de estagnação da atividade econômica, o Brasil em pouco tempo transformou-se no maior produtor mundial de açúcar, por meio da produção em larga escalada da cana, denominando-se assim o primeiro agronegócio sistemático do país (SANTO, 2001, p.18).

Tentando expressar o que o ciclo canavieiro representou, Albuquerque e Nicol (1987) afirmam que:

O século XVII poderia ser descrito como um período durante o qual a economia açucareira e todas as suas resultantes fincaram o pé na economia brasileira. Centralizava-se no Nordeste que, então, tornara-se o ponto focal das atividades econômicas no Brasil, enquanto as demais áreas do país continuavam como regiões subsidiárias, ou como economias de subsistência.

Desta forma, o ciclo açucareiro durante os séculos XVI – XIX, teve uma das maiores fazes de desenvolvimento da economia. Por muito tempo a cana-de-açúcar foi base econômica colonial, o seu comércio era praticado para o mercado europeu. A etapa inicial começou, sobretudo, no litoral nordestino. O seu cultivo se deu por diversas razões. O solo do litoral brasileiro é “*massapê*”, o qual, é mais propício para o cultivo da cana-de-açúcar. O clima favorecia a planta, permitindo que se desenvolvesse o cultivo em larga escala (SILVA, 2008).

Assim, como todos os aspectos favoreciam o cultivo da cana-de-açúcar, fez surgir o latifundiário brasileiro, a grande propriedade, o plantio açucareiro, a plantação em larga escala era mais vantajosa, concebendo desta forma uma custosa e complexa indústria agrícola. Se aliando com o latifundiário, a monocultura, posto que, toda a produção agrícola estava voltada para um único produto. Com o latifúndio e a monocultura é apresentado o escravo negro, trazido da África em grande quantidade, constituindo o eixo principal das plantações e dos engenhos. Definindo-se o ciclo açucareiro, caracterizado pelo latifúndio, a monocultura e o escravo (ZAMELA, 1950, p. 489-490).

Em preocupação Freire (2006, p. 65) acrescenta que “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”. Assim o autor justifica que por conta dos motivos apresentados acima, a estrutura da América tropical estava voltada para agricultura agrária, porém, escravocrata na exploração econômica, híbrida de índio, compondo posteriormente do negro.

As maiores preocupações estavam voltadas primeiramente pelo açúcar para importação e alimentos essenciais manutenção da força de trabalho. Assim propiciando a não diversificação (SANTOS, 2001, p.18).

Logo após, surge o ciclo de Algodão, um importante recurso natural para a economia brasileira desde os primeiros séculos da colonização, o qual se deu a sua produção, sobretudo, para o consumo do mercado interno. Devido ao desenvolvimento da indústria têxtil inglesa, durante a metade do século XVIII, houve um impulso da produção e o algodão passou a ser o primeiro das exportações brasileira, sendo chamado de “ouro branco” em razão dos lucros proporcionados (LOBÓRIO, 2015, p.3 apud ANDRADE, 2011; FURTADO 2005; PRADO JUNIOR, 2004).

No período que o algodão se expandiu, teve destaque inicial no Maranhão. Esse produto foi responsável pela inserção dessa capitania na história econômica do país, porém, a produção algodoeira maranhense foi superada pelas capitânicas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, tendo em vista que possuíam mais recursos financeiros (PRADO, 2004).

Os produtos derivados do algodão estavam voltados para exportação, fazendo com que sua produção oscilasse de acordo com o interesse do mercado. Após o fim do bloqueio do sul dos Estados Unidos, este país volta a exportar algodão para Europa e como tinham técnicas mais avançadas, o algodão brasileiro entrou em crise, devido as técnicas atrasadas e práticas tradicionais, se tornou pouco competitivo, entrando assim em colapso. Só então na década de 1930 o Nordeste ascendeu novamente para a produção do algodão, que perdurou até meados da década de 1980 (ALCOFORADO, 2003).

De acordo com Libório (2015):

A produção de algodão no Nordeste até a década de 1980 era considerada uma atividade de importância econômica e social para a região, mesmo estando estruturada em um sistema de relações de produção altamente questionável, era responsável pela geração de renda para muitos agricultores familiares do semiárido brasileiro, região de grandes restrições hídricas, e na qual o algodão era um dos poucos produtos que resistia à seca. (LIBÓRIO, 2015, p.5)

O sistema de relações a qual se refere à estrutura fundiária do Nordeste, a produção do algodão era desenvolvida em pequenas e grandes propriedades no Sertão, onde muitos trabalhadores eram “meeiros”¹¹ e devido ao fato de o comércio desse produto ser feito por atravessadores, em sua maioria era feita pelos próprios fazendeiros, resultava na diminuição do valor recebido pelos agricultores. (LIBÓRIO, 2015 apud ARAÚJO, 1997; 2000; GTDN, 1959; ANDRADE, 2005).

Posteriormente ao ciclo do algodão, se inicia o ciclo do café, elevando a economia do país na metade do século XIX, até meados de 1929, ano da grande crise internacional (FERREIRA, 2016). Nesse período, a economia brasileira foi representada pela produção

¹¹ “Meeiros diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o **meeiro** ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção”. (MELO, 2006)

do café. O trabalho escravo novamente foi a base do ciclo da economia. O patriarcalismo, o latifúndio e a escravidão representando o alicerce para o mando político de uma nova oligarquia que se estabelecia: os barões do café (LEITE, 2007). Essas circunstâncias impulsionaram o desenvolvimento, gerando relevância histórica no crescimento e investimento, formou-se uma nova estrutura e infraestrutura a nação (MARCON, 2011).

Para Steffhan (2015), a cultura do café transitou por várias regiões, iniciando por São Luiz do Maranhão, seguindo por Pernambuco, Sergipe, Bahia e Espírito Santo, posteriormente no Rio de Janeiro e São Paulo, onde firmou seu cultivo. Devido seu grande alcance, a economia cafeeira proporcionou mudanças políticas e transformações sociais em seu desenvolvimento (COLACINO, 2013).

Ao decorrer do tempo, com o crescimento das exportações do café, fez com que houvesse a decomposição do “complexo rural”, localizado principalmente nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, ao qual, propiciou aumento na demanda por mão de obra mais qualificada, para que pudesse diminuir concorrência, tanto de forma agrícola ou manufatureira (LOPES, 2008).

As mudanças estruturais aconteceram por conta da expansão do mercado interno com certa significação, era abastecido principalmente por produtos importados, posto que nesse momento o setor de exportação se expandiu em detrimento do de subsistência, a substituição do trabalho escravo pelo livre e a urbanização. (SINGER, 1968).

Em conjectura, Ferreira (2006) expõe que o “café ganhou notoriedade comercial por uma imposição histórica durante o século XIX e, a partir de então, não deixou de ser relevante em nossa pauta exportadora.” O autor complementa que “por compor a base de acumulação de capital da economia brasileira, pode-se dizer que o Grande Capital Cafeeiro é o precursor do Capital Industrial nacional, o que explica sua importância à nação e à formação econômica do Brasil”.

Em curto espaço de tempo em que a produção cafeeira se estabeleceu, foi suficiente para encerrar as constantes crises econômicas, fixando-se nos mercados europeus, o café brasileiro também conquistou o paladar dos norte-americanos, fazendo com que os Estados Unidos se tornassem o principal consumidor do mercado. Ao longo dessa trajetória de ascensão, o café, nos finais do século XIX, representou mais da metade dos ganhos com exportação (SOUZA, 2015).

Assim, o alicerce para a economia do país foi a produção e exportação de produtos agrícolas, que estavam voltadas para o mercado internacional, ao qual

caracterizou como economia primária-exportadora. Durante esse período, houve grandes ciclos de produção no Brasil que, ao lado de outros sistemas produtivos de menor expressão, buscaram, suprir o mercado externo (ALCOFORADO, 2003).

Apesar do ciclo cafeeiro apresentar grandiosa notoriedade, o crescimento da demanda de café dependia primordialmente do crescimento populacional dos países consumidores. No final do século XIX, a taxa de crescimento dos países europeus passou a diminuir, enquanto a oferta do café não diminuía, o que gerou desvalorização do café a partir da primeira crise, em 1893 (FURTADO, 2005).

De acordo com Furtado (2005), atento a essas crises, o governo adotou medidas para a contenção da desvalorização do café, onde o mesmo passou a comprar os excedentes, que seriam pagos normalmente aos cafeicultores, com dinheiro proveniente de empréstimos no exterior, além dessa medida, o governo desencorajou a produção de novos plantios. Apesar do seu sucesso inicial, tinha falhado completamente pelo fim da década de 1920, por dois fatores: a primeira Guerra Mundial, onde houve uma suspensão de compra de café; e a Crise de 1929, que por sua vez enfraqueceu ainda mais a economia brasileira, proporcionado pela perda de um dos seus principais mercados consumidores, os Estados Unidos. Para mais, essas políticas desestimulavam totalmente o plantio de novas culturas e a diversificação de exportações, proporcionando assim, um forte e profundo condicionamento da economia brasileira para a monocultura. Por meio desses fatores, o Brasil entrou em uma grande e profunda crise econômica.

Assim, o Brasil ainda apresenta uma significativa herança enraizada tanto na monocultura e no latifúndio, como nas consequências negativas da modernização agrícola que aconteceu via modelos exógenos de crescimento econômico” (LIMA et al., 2015). Neste contexto, os autores afirmam que ao decorrer dos anos, o estado não acreditava na amplitude conjunta dos agentes, passando assim, negligenciando segmentos de elevada importância como a agricultura familiar, salvo que não buscou outro modelo mais interno de desenvolvimento da agricultura.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar está voltada para a produção agrícola e pecuária, realizada pelos pequenos produtores, empregando em sua maioria, mão de obra familiar, mas podendo contar com a utilização de trabalho assalariado (PENA, 2014). De acordo com

a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2016), “são considerados agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvam práticas no meio rural e atendam a quatro critérios específicos”:

- Detenham área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município);
- Utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas rurais;
- Tenham renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Se caracteriza como agricultura familiar, propriedades que tenham menos de 100 hectares, está enquadrado nesse segmento a agricultura de subsistência e a pequena produção. Toda a direção das atividades é estabelecida pelo próprio agricultor, predominando o trabalho familiar, podendo contar com a mão-de-obra contratada temporariamente. (BARROS, 2006)

Savoldi e Cunha (2010) caracteriza os agricultores familiares como:

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família.

O conjunto das atividades sociais e econômicas é realizada pelos agricultores familiares, definindo sua conjectura social, onde está relacionado com as regras e normas informais internas, por meio do aprendizado repassado pelas gerações, mas também nas suas práticas diárias e nas suas relações externas com o mercado e sociedade. O ambiente da agricultura familiar é formado pela ação dos agricultores independentes, que agrupam as atividades que desempenham em sua propriedade, conjuntamente com a tecnologia e o mercado de forma relativamente autônoma (NUNES, 2009).

De acordo com França et al. (2011, p.6), o contexto regional de desenvolvimento rural, se aplica entre o ambiente institucional voltado para o nível macro e as organizações

institucionais como as cooperativas, unidades familiares, grupos, entre outros, que estão voltados para o micro, estes formatam o sistema produtivo.

Para Lima (2015), a agricultura familiar se desenvolve de modo geral, por meio de sistemas de produção complexos, aliado a várias culturas. Na região nordestina, dentre as atividades principais desenvolvidas estão a apicultura, criações de animais, cajucultura e transformações primárias voltadas para o consumo da família como o mercado local. Quanto mais diversificada for a conjectura, menores serão os riscos que os agricultores podem estar expostos.

Segundo Bittencourt (2018), cerca de 70% dos alimentos que chegam as casas da população brasileira é proveniente da agricultura familiar, está relacionada diretamente com a segurança alimentar e nutricional desta população. A autora acrescenta que além de suprir as demandas, a agricultura familiar impulsiona as economias locais, e assim, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, estabelecendo ligação entre a família em seu ambiente e produção.

No Brasil, a agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, relata que 84,4% dos estabelecimentos rurais são voltados para a base familiar, empregando cerca de 74,4% da população do setor rural, o que representa cerca de 40% da produção agrícola. Apesar de sua representatividade, as propriedades dos agricultores familiares, compreendem apenas 24,3% de toda a área rural do país.

Assim, de acordo com Bittencourt (2018), devido as propriedades familiares terem um tamanho bastante limitado, compromete a acessibilidade financeira dessas famílias, pois a produção em escala se torna um problema, posto que, não tem capacidade estrutural para tal. A autora salienta ainda, que segundo estudos, em média o valor bruto mensal por propriedade familiar representa 0,46 salário mínimo, fazendo com que grande parte dos agricultores familiares vivam em situação de extrema pobreza.

E pelas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, a partir de seu contexto, foi necessário que o governo intervisse, criando políticas públicas que dessem suporte a esses trabalhadores, para que conseguissem além de produzir e vender sua lavoura, mas também conseguisse sua sustentabilidade através dela.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Lenzi (2017) define Políticas Públicas como medidas e programas, criados pelo governo com o objetivo de garantir o bem-estar da população, dando acesso a prática dos direitos fundamentados na Constituição Federal e em outras leis. As Políticas Públicas resultam das atividades políticas, onde necessitam de muitas ações estratégicas com a meta de implementação dos objetivos desejados, fundamentam-se decisões e ações que estão firmadas de autoridade superior do poder público (RODRIGUES, 2011, p.14).

Para Peter (1986) apud Souza (2007, p.68), “a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Logo Laswell apud Souza (2007, p.68), define como “decisões e análise sobre política pública implica responder as seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz”.

De acordo com Sousa (2016, p.25), as políticas públicas afetam a sociedade e a economia, pois indiferente de qual política, ela deve apresentar suas inter-relações entre política, economia, sociedade e estado. Porto (2010) afirma que as Políticas Públicas possuem as seguintes características: resposta a problemas concretos; atender as necessidades sociais; responder às demandas; tem objetivo específico; temporalidade; provedor de desenvolvimento; e provedor de mudanças.

Neste sentido, Lenzi (2017), expõe que as políticas públicas compreendem e abrangem vários setores, dentro dos quais engloba, a área da educação, saúde, segurança, transporte, moradia, trabalho, cultura, lazer, assistência social, meio ambiente, entre outros. As políticas públicas podem ser de tipos diferentes, classifica assim, Lowi 1972 (apud SOUZA, 2006, p. 28; SECCHI, 2012, p. 17-18):

- Política Regulatória: tenciona regular, determinado setor, criando normas para o funcionamento dos serviços e a implementação de equipamentos urbanos (AZEVEDO, 2014). “Estabelece padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (SECCHI, 2012, p. 17).

- Política Distributiva: voltada para decisões tomadas pelo governo e “distribuídas” para alguns grupos, por vezes deixa de lado o todo, em função da limitação dos recursos, assim favorecendo certos grupos sociais ou regiões (MEDEIROS, 2013).
- Política Redistributiva: atinge um maior número de pessoas e podem ser entendidas como políticas sociais “universais” (AZEVEDO, 2014).

Deste modo, para que haja uma transformação social, é preciso a atuação de atores políticos que tenha a capacidade de analisar e diagnosticar a realidade social, política e economia em que estão inseridas, além de acordar quanto à forma democrática com os autores distintos em todo o processo (MEDEIROS, 2013).

As formas de participação popular na gestão das políticas públicas evoluíram como uma bandeira dedicada a promover uma espécie de invasão do Estado pela sociedade, proporcionado pela interação na gestão participativa do Estado e democracia (NOGUEIRA, 2014).

Para Côttes (2007) a participação na administração pública do país foi em consequência da introdução de processos descentralizados que adaptavam as transferências de recursos financeiros para os níveis subnacionais do governo para criação de fóruns participativos.

De acordo com Castelo (2013) o papel do estado nas políticas públicas está em conduzir, interferir aquilo que move a sociedade. Está em promover o envolvimento na formulação das políticas públicas e no seu processo como um todo. Tendo por objetivo criar valor público no âmbito da política social, esse valor se concretiza quando a política chega ao cidadão e lhe oferece oportunidade, proteção e bem-estar (SOUZA, p.25, 2016).

3.2 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser definidas como o conjunto de projetos, ações e programas que são criadas pelas organizações públicas, direta ou indiretamente, objetivando a ampliação do bem-estar social, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento socioeconômico, com a finalidade de melhorar a sua gestão. Desta

forma, as políticas públicas são divididas em quatro fases, as quais formam o Ciclo das Políticas Públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. A fase de avaliação pode fornecer ajuda para melhorar a formulação ou implementação da política pública, visto que esse ciclo não é linear (GARCIA, 2017).

De acordo com Garcia (2017) a avaliação tem a capacidade de atribuir valor sobre algo, e assim, identificando se o que está sendo feito é, ou não, pertinente e adequado. Nesse sentido, a avaliação se torna um importante instrumento de gestão, fornecendo informações e subsídios para melhorar o processo decisório e, daí então, identificar falhas e realizar ajustes necessários com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos, melhorar os resultados e ampliar o valor público das ações governamentais.

Nesse sentido, pela importância de uma avaliação criteriosa, faz-se necessário que no processo de avaliação das políticas públicas o avaliador procure compreender, identificar e selecionar as variáveis mais relevantes que serão monitoradas (CUNHA, 2006).

Para Garcia (2017) além desses critérios de avaliação, é necessário compreender quais tipos de indicadores serão mais pertinentes, com o intuito de tornar as políticas públicas mais eficientes. Dentre eles estão:

- Avaliação ex-ante: “é a avaliação que ocorre antes da implementação do projeto; terá como objetivo analisar a relevância, a coerência, como também a viabilidade do projeto.” (AMARAL, 2011)
- Avaliação formativa (monitoramento) – levanta informações sobre o andamento do programa, ponderando resultados, objetivando avaliar mudanças situacionais e verificar o cumprimento do programa conforme o que foi estabelecido inicialmente e subsidiar possíveis alterações (AGUILAR E ANDER-EGG; 1994, apud SILVA E SILVA, 2001, p. 55).
- Avaliação ex-post – “Este tipo de avaliação tem como objetivo analisar em que medida a política pública atingiu os resultados esperados pelos formuladores” (GARCIA, 2006). O autor identifica que essa análise possui duas modalidades, sendo a avaliação de resultados que visa a investigação de que as metas e objetivos foram alcançados, a partir de indicadores de resultado para medir a eficácia das políticas públicas. A segunda modalidade é análise de impacto, objetiva a identificação das mudanças concretas na sociedade, onde são utilizados indicadores de impacto para avaliação do grau efetivo da política pública.

A escolha do método de avaliação a ser utilizado em um determinado programa ou política deve ser bem definido, considerando todos os objetivos que se busca alcançar, inclusive o público alvo, o objetivo da própria avaliação e quais respostas esta busca obter (MORAES, 2008).

Diante do exposto, pode-se concluir que a avaliação das políticas públicas deve ser uma prática imprescindível no âmbito da administração pública, principalmente, porque a partir da avaliação os gestores públicos podem melhorar a alocação dos recursos, maximizar a satisfação das demandas sociais, ampliar a responsabilidade e, assim, fortalecer a legitimidade das suas ações.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A descentralização das ações do governo, abrangeu a acessibilidade de recursos públicos, com o objetivo de democratizar suas próprias políticas. Tal consequência da democratização viabilizou uma maior participação de atores sociais, possibilitando por meio dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento, onde englobou todas as diversas esferas governamentais. Esse processo se deu por conta da reestruturação do estado brasileiro e redemocratização, proporcionado pela promulgação da constituição de 1988 (MATTEI, 2014).

Desde a identificação das principais necessidades do setor de produção familiar, integra-se como alicerce um projeto nacional de desenvolvimento para o setor rural brasileiro, com a implementação de políticas públicas que tem como objetivo o desenvolvimento da agricultura familiar no país, a qual é protegida pela Lei nº 11.326, de 24/07/2006, guiando diretrizes de Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares (LIMA; JUNQUEIRA, 2008).

Durante a década de 1990 importantes políticas públicas foram criadas para contornar os problemas da agricultura familiar. De acordo com Schneider et al. (2004), a produção agrícola em pequena escala dos agricultores familiares sofreu uma grande perda devido à concorrência externa, causada pela abertura do mercado, onde se desregulou. Em consequência, o movimento sindical de trabalhadores rurais junto com a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Departamento Nacional

dos Trabalhadores Rurais da Central Única de Trabalhadores (DNTR/CUT), protestaram, organizando e direcionando suas lutas e reivindicações.

Nesse sentido, Mattei (2007), complementa que foram organizados vários movimentos sociais. Nessas mobilizações foram apontadas as necessidades de ações para agricultores rurais para que tivessem acesso a créditos, com isso, para contornar os problemas, o governo criou o PROVAP (Programa de Valorização do Pequeno Agricultor Rural), que tinha como propósito a disponibilização de linhas de crédito unicamente para os agricultores familiares, direcionados principalmente para o tamanho da propriedade do pequeno produtor rural e para a utilização de mão de obra, porém com limitado alcance, devido a criação de restrições por parte das instituições financeiras.

Por conta do declínio do Provap, foi criado em 1995, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (MATTEI, 2007). Segundo Fernandes (2013), o Pronaf começou a vigorar em 1996, por conta do decreto presidencial nº 1.946 de junho de 1996, objetivando o fortalecimento de créditos com baixas taxas de juros, possibilitando elevar a capacidade de produção, mão-de- obra e melhorar a renda dos agricultores familiares. Corroborando com a temática, Silva (2010) fala que os principais eixos do Pronaf são: financiamento da produção agrícola; financiamento de infraestrutura e serviços municipais; e a capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

O Estado começou a investir ainda mais no PRONAF, expandindo sua área de cobertura, diversificando o público, beneficiando e criando mais linhas de crédito. Rapidamente o número de agricultores familiares beneficiados aumentou para aproximadamente 2 milhões de famílias em 2004 (MATTEI, 2010). O autor destaca ainda que o Pronaf em menos de 15 anos foi instituído em todas as grandes regiões e unidades da federação, introduzido em todos os municípios do país.

Segundo Zani e Costa (2014), a grande relevância do Pronaf, se fundamenta pelas constantes avaliações deste onde tem a finalidade de aferir os resultados e seus impactos no contexto de desenvolvimento rural que propiciar o acesso ao crédito rural de forma ampla, assim, gerando emprego e renda.

Até então, objetivando ampliação do apoio do estado à organização dos agricultores familiares, em 2006 foi criado o SEAF (Seguro da Agricultura Familiar), com o intuito de diminuir os riscos que afetam a sua produção. Ainda neste sentido cria-se a Garantia de sagra, programa que tinha como objetivo garantir renda mínima para os

agricultores que perderam acima de 50% de sua produção na região do semiárido (MATTEI, 2014).

Destacam-se assim, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/03. Tem como finalidade assegurar renda, manter preços justos, estimular a criação de cooperativas e associações, prover a segurança alimentar e nutricional, estabelecer estoques de alimentos, e melhorar a qualidade de produtos dos pequenos agricultores (SIMÃO; SILVA; SILVEIRA, 2014).

O Programa permite que os municípios adquiram alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores, nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ainda neste sentido, Abreu (2012) reafirma que as principais rotas de atuação do PAA, estão voltadas para dois segmentos: 1) fortalecimento da agricultura familiar, facilitando acesso ao mercado e assegurando alimentos em regiões de risco, e 2) insegurança alimentar e nutricional.

Para Guerra et al. (2007), o PAA se torna um fortalecedor do mercado interno, melhorando a dieta das famílias e garantindo demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar, o programa garantiu inserção dos agricultores no mercado, assim elevando o poder aquisitivo da população rural local.

Outro programa que se tornou importante para a agricultura familiar foi o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), foi criado em 1955, porém só teve abrangência para a agricultura familiar de acordo com o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2015), após implementada a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

De acordo com FNDE (2015), a lei estabelece que no mínimo 30% do valor que é repassado a estados, municípios e Distrito Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação para o PNAE, deve ser utilizado na compra de alimentos proveniente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou mesmo de suas organizações, de modo a priorizar os assentamentos de reforma agrária, como as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Para obtenção dos

produtos dos agricultores familiares pode ser feita por chamada pública, assim, isentando no caso, o processo de licitação.

O PNAE se fundamenta de forma relevante, visto que, permite juntar as necessidades de garantia a segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes em idade escolar com uma nova forma de comercialização para a agricultura familiar, na região em que está inserida, assim, gerando emprego e renda no meio rural que afeta na economia local (RODRIGUES, et al. 2017).

De acordo com o FNDE (2015), para que os agricultores possam participar como fornecedores do PNAE, deve se enquadrar nas seguintes condições:

- Grupos Formais: detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP jurídica) – cooperativas e associações de agricultores familiares devidamente formalizadas.
- Grupos Informais: grupos de agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física), que se articulam para apresentar o projeto de venda.
- Fornecedores Individuais: agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física).

Por fim, destaca-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), surgindo no Brasil em 1943, por meio da CEP (Comissão de Financiamento da Produção), responsável pela execução direta de toda política de preços mínimos até o final da década de 1980, a CEP foi substituída pelo CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento em 1991. O PGPM tem como objetivo principal estabilizar preços e garantir renda ao agricultor familiar (ALMEIDA, 2014).

O PGPM pode ser viabilizado por meio da compra, equilíbrio de preço e incentivos públicos, sempre que o preço definido como mínimo pelo Governo, por item e por região, considerados os custos inerentes e as expectativas do preço futuro dos produtos agropecuários, superar o preço ou a demanda de mercado, aos quais afetam o preço do produto (FIEL, 2016).

Ainda segundo Fiel (2016), “O PGPM representa importante política pública de preservação da renda do produtor rural, protegendo-o das oscilações de preço no mercado, mantendo viável financeiramente a atividade agropecuária e garantindo abastecimento de alimentos para a sociedade”.

Enquanto, que para o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (2017), o PGPM tem como missão e objetivos, garantir abastecimento do mercado interno com alimentos de boa qualidade e propiciar ao agricultor preços que permitam a continuação de sua atividade rural. Desta forma, a cada safra, as diretrizes do PGPM são coordenadas, elaboradas, acompanhadas e avaliadas para garantir a segurança alimentar e a comercialização dos produtos agropecuários.

4 METODOLOGIA

A metodologia é a fundamentação do processo de pesquisa científica em sua formação e desenvolvimento. Compreende explicar não apenas objeto de investigação, mas principalmente suas próprias etapas, ao qual suas exigências não são submetidas estritamente a procedimentos inflexíveis, atuando assim, antes da produção dos resultados. (BRUYNE, 1991 p.29)

Método de pesquisa está relacionado com o conjunto de técnicas e procedimentos que são utilizados coletar e analisar dados. O método fornece mecanismo para alcançar os objetivos proposto, dispondo de ferramentas para que a pesquisa possa ser feita, com a finalidade de responder as questões estabelecidas. (STRAUSS; CORBIN, 1998)

Este capítulo subdividiu-se em etapas, tendo como propósito apresentar ao que corresponde a metodologia e ao método deste estudo.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é um processo de investigação constantemente inacabado. Atua de forma a aproximar da realidade, envolvendo fenômenos, coisas ou situações (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). De acordo com Lehfeld (1991), a pesquisa é um “questionário” que é procedido de forma intensiva e sistemática, objetivando interpretar e descobrir os fatos no contexto de uma realidade específica.

De acordo com Silveira e Córdova (2009), quanto a abordagem da pesquisa ela pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa. Assim, o presente estudo está voltado

para abordagem quantitativa, segundo Michel (2005), é feita de forma a buscar resultados apresentados por meio de variáveis preestabelecidas, explicando e verificando a influência de modo estatístico e sua frequência de incidências.

Ainda sobre a natureza, ela poder ser básica ou aplicada. A abordagem deste estudo é a pesquisa aplicada, pois há aplicação de métodos estatísticos (MATIAS-PEREIRA, 2010). Foi utilizado para este estudo, a amostragem não probabilística, assim sendo, se defini como amostragem por conveniência, onde os sujeitos são selecionados de acordo, como o nome já diz, por conveniência. Este tipo de amostragem seleciona os participantes em função de sua disponibilidade. Ela é bastante utilizada por ser mais prática (APPOLINARIO, 2006).

Há dois critérios voltados para o tipo de pesquisa baseando-se quanto aos fins e aos meios (VERGARA, 2009). Para o presente estudo, quanto aos fins, tem características exploratórias e descritivas, quanto aos meios, de campo e bibliográfica.

Baseando-se nos objetivos, a pesquisa pode ser classificada em três grupos: exploratória, descritiva e explicativa (GIL, 2007). A pesquisa exploratória objetiva maior familiaridade com objeto de estudo, com a finalidade de construir e explicitar hipóteses (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). O presente estudo tem como finalidade maior compreensão dos impactos do programa PAA – Programa de Aquisição de Alimentos na vida do agricultor familiar em Camocim de São Félix –, utilizando ferramentas estatísticas neste setor, por apresentar poucos estudos.

A pesquisa descritiva objetiva a analisar, observar e relacionar variáveis, ao qual, envolvem fenômenos e fatos, sem manipulação (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55). A pesquisa descritiva se apresenta de forma documental proporcionado pelas fontes e procedimentos de coleta de dados (MATIAS-PEREIRA, 2010, p.72). Neste estudo há descrição de variáveis importantes para a caracterização dos impactos PAA, utilizando ferramentas estatísticas.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32), uma pesquisa bibliográfica é realizada de forma sistematizada, desenvolvida por meio de materiais publicados em livros, revistas, entre outros. Para a construção deste estudo foi necessário material bibliográfico, teses, dissertações, artigos e livros, que se tornou fundamental para sua realização.

“A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)” (FONSECA, 2002). Para fim desta pesquisa foi necessário ir a campo, para coletar dados sobre a problemática estudada.

Para esse estudo, foi utilizado a entrevista semi-estruturada, que é a utilização de um roteiro previamente elaborado (MANZINI, 2013).

Quanto a coleta de dados deste estudo, serão evidenciados na próxima seção.

4.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa de campo é a primeira etapa do recolhimento de dados. Definindo-se em três características: (1) Definição da população e amostra – informações recolhidas que envolvem o universo a ser estudado, (2) coleta de dados - descrição das técnicas que serão aplicadas para coleta de dados, (3) análise de dados - descrição dos métodos que serão usados para tabulação e análise de dados (Matias-Pereira, 2010, p.75).

O universo estudado engloba os agricultores familiares, situados no município de Camocim de São Félix-PE. Para compreender melhor este universo, foi realizada uma entrevista com o secretário de agricultura deste município, com o objetivo de prover mais informações e para melhor compreensão deste setor.

Neste contexto, definiu-se como universo de pesquisa, os agricultores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no município de Camocim de São Félix-PE.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Para a coleta de dados, utilizou-se de um questionário semiestruturado (Apêndice I), baseado no questionário de Campos (2011), ao qual foi adaptado para esta pesquisa, e de entrevista informal (Apêndice II), procurou-se caracterizar como é a relação do agricultor familiar com o programa PAA.

Para a análise dos dados coletados foram utilizados software estatístico (Google Formulários), que auxiliou na codificação, agrupamento e tratamento destes.

Foi estabelecida uma amostra de (06) participantes, realizando-se a pesquisa de campo no mês de julho, no qual, foi aplicado o questionário com os agricultores familiares participantes do programa PAA, na zona rural de Camocim de São Félix - PE, no dia 12 e 13 de julho de 2018 (quinta e sexta-feira).

Também foi realizada uma entrevista semi-estruturada com o secretário de agricultura do município afim de reunir mais informações quanto ao município.

4.4 OBJETO DE ESTUDO

O município de Camocim de São Félix se localiza no Agreste Meridional do Estado de Pernambuco, na microrregião denominada Brejo Pernambucano (Anuário Estatístico de Pernambuco, 1994). De acordo com o IBGE (2010) a sua população é de 17.104 habitantes, dentre os quais, 14.324 reside na zona urbana e 2.777 na zona rural.

De acordo com o Secretário de Agricultura do Município, inicialmente, Camocim de São Félix, era uma vila, posteriormente transformou-se no distrito de Bezerros, para depois virar município. Era apenas um caminho, um ponto de passagem de tropeiros a caminho dos canaviais na zona da Mata Sul e foi assim que começou a sua ocupação, e também por alguns agricultores de outras cidades, principalmente de Bezerros, com o objetivo de começar a plantação do café.

As principais culturas mais produzidas eram o caju gigante, o café, a banana e a pimenta do reino. Outras culturas eram produzidas como a mandioca, macaxeira e o abacate, porém em pouca quantidade. Assim, como as safras eram em diferentes épocas, dava para o agricultor se sustentar por todo ano. Porém com a crise do café, o governo incentivou a extinção do cultivo, devido ao preço baixo e foi aí que começou o ciclo do tomate envarada, que era um tomate maior para a venda, mas para que o plantio desse certo, foi necessário tirar o cajueiro, pois a tomate não se reproduz bem na sombra. Assim, quase se extinguindo duas culturas, o café e o caju gigante. (Secretário de Agricultura).

De acordo com o secretário, as principais culturas produzidas hoje no município são, o tomate, pimentão, repolho, pepino, feijão, feijão vage, acelga e milho. Porém a área de plantação do milho diminuiu consideravelmente, devido às secas.

No começo as plantações eram cultivadas sem praticamente qualquer tipo de tecnologia, era utilizada a corrugação, é um tipo de irrigação, onde eram feitos canais no campo em sua superfície para levar água até a planta. Posteriormente a irrigação era feita por mangueira e há cerca de uns 15 (quinze) anos, foi adotado o modo de irrigação por gotejo, onde diminuiu o quantitativo de mão-de-obra. (Secretário de Agricultura).

Sua economia era e é basicamente voltada para agricultura familiar. Porém não se sabe quantos agricultores tem no município, posto que, a cultura é migratória, por exemplo, em época de inverno, como fica muito frio, os agricultores saem para plantar em outras cidades que tenham o clima mais regular. (Secretário de Agricultura)

Dessa forma a EMBRAPA (2001) identificou que:

No período chuvoso (de abril a agosto) são cultivados milho, feijão e mandioca. As hortaliças não são cultivadas nesse período, por causa da grande incidência de doenças. O milho é comercializado na forma de milho-verde, enquanto o feijão e a mandioca são culturas de subsistência. A área explorada com fruticultura e com café é pouco expressiva. Essas culturas são conduzidas de modo tradicional, ou seja, com baixa ou nenhuma tecnologia.

Segundo com o secretário de agricultura, as principais políticas públicas que os agricultores têm pode ter acesso é o PRONAF através do Banco do Brasil, para recurso do plantio, para compra de equipamentos, construções de açudes, entre outros. O PAA, que é voltado para venda e aquisição de alimentos e o PNAE. Sabe-se que o PAA, tem um total de 54 participantes, como engloba agricultores de outros municípios não se sabe quantos são realmente de Camocim. Foi implantado o PAA no município em 2013.

5 ANÁLISE DOS DADOS

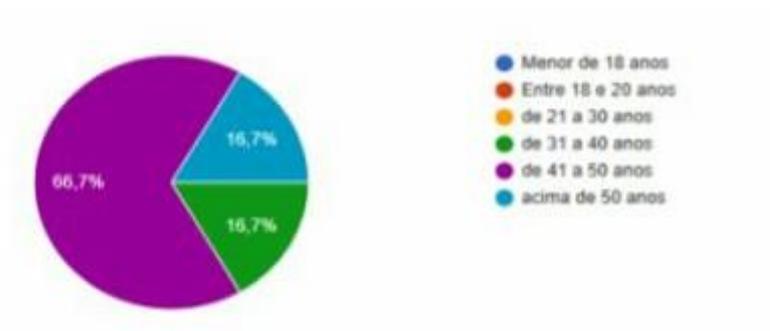
As seções dos resultados estão estruturadas para responder os objetivos da pesquisa, que são:

1. Identificar o perfil dos agricultores
2. Como o agricultor familiar pode ter acesso a cada programa ou projeto.
3. Identificar quais são os principais cultivos que os agricultores produzem para comércio e consumo.
4. Identificar onde produzem e mão-de-obra utilizada.
5. Identificar como o PAA impacta na vida dos agricultores familiares.

5.1 Perfil dos agricultores familiares

Essa sessão irá abordar o perfil dos agricultores familiares participantes do programa de aquisição de alimentos, quanto sua faixa etária, grau de escolaridade, estado civil, número de pessoas na família, propriedade, tamanho da propriedade e exerce outra atividade. O gráfico (1) está representando a faixa etária, onde 66,7% desses trabalhadores possuem idade entre 41 a 50 anos.

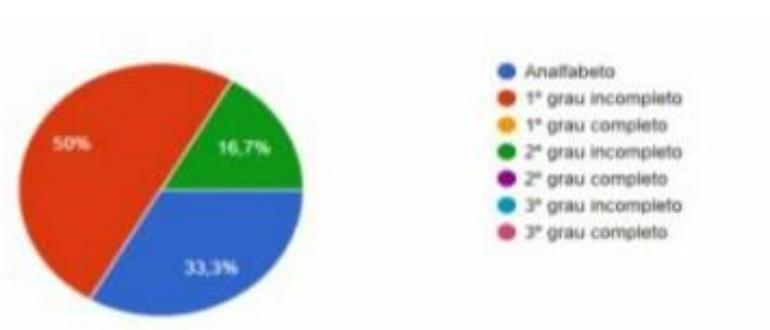
Gráfico 1: Faixa Etária dos Agricultores



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O gráfico (2), representa o grau de escolaridade dos agricultores, nota-se que 50% dos entrevistados não completo o 1º grau de ensino.

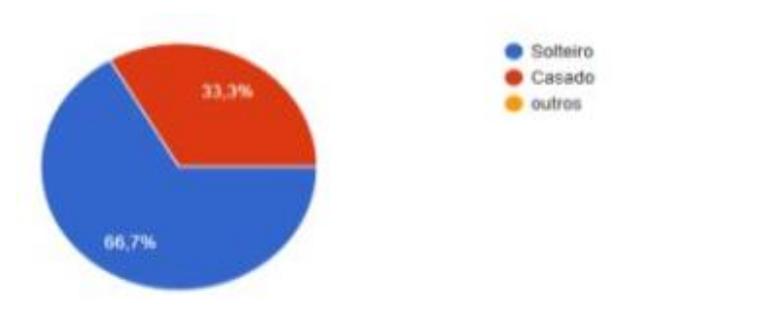
Gráfico 2: Grau de Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O gráfico (3), representa, o estado civil dos agricultores entrevistados, onde 66,7% dos respondentes são solteiros.

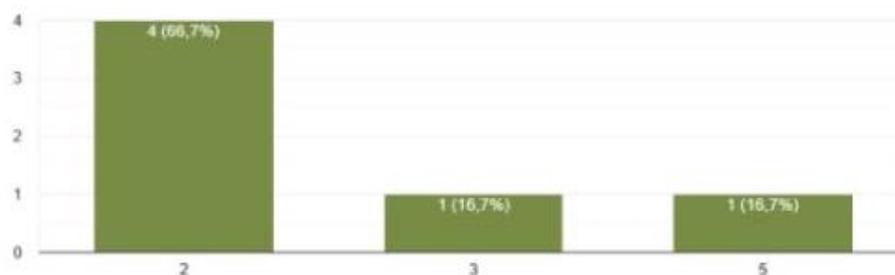
Gráfico 3: Estado Civil



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como mostra o gráfico (4), 66,7 % dos familiares dos agricultores são compostas por 4 pessoas:

Gráfico (4): Número de pessoas da família



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O gráfico (5) representa se o agricultor mora na propriedade onde trabalha, no caso zona rural ou na zona urbana. Nota-se que 100% dos entrevistados moram na zona urbana.

Gráfico 5: Moradia dos Agricultores



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Uma das caracterizações que se dispõe como agricultura familiar, em relação a propriedade trabalhada é que esta tem que ter menos de 100 hectares. (BARROS, 2006)

Sendo assim, nota-se no gráfico (6), que a propriedade utilizada para o cultivo pelos agricultores rurais está dentro dos critérios estabelecidos.

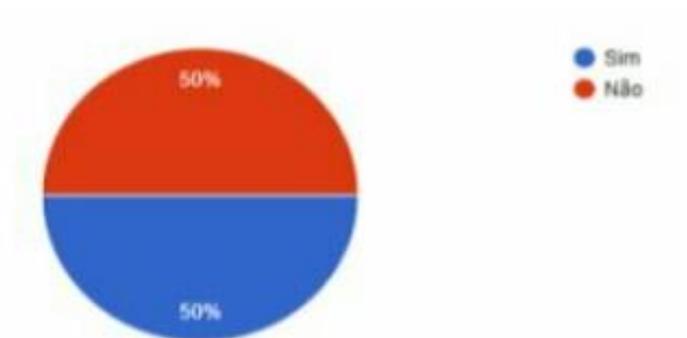
Gráfico 6: Tamanho da propriedade

| |
|--------------|
| 2,4 hectares |
| 4,6 |
| 1,5 hectares |
| 2 hectares |
| 3 hectares |
| 2,5 hectares |

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O gráfico (7), demonstra se algum dos entrevistados exercem alguma outra atividade fora a agricultura, assim, apresenta-se que 50% exerce outra profissão.

Gráfico 7: Exerce outra profissão

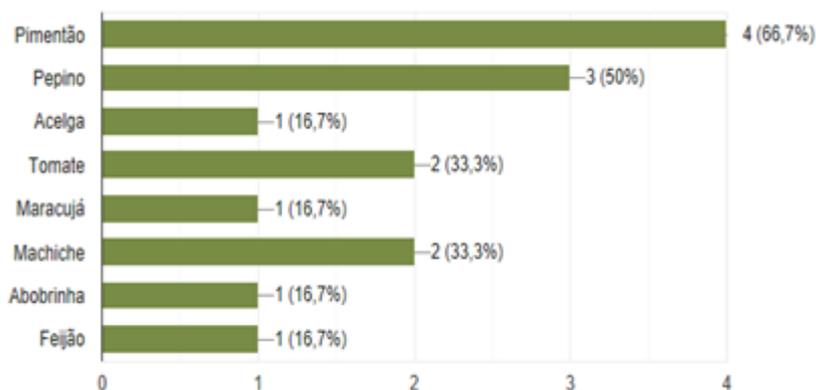


Fonte: Elaborada pela autora (2018).

5.2 Principais produtos que os agricultores cultivam para comercio e consumo.

Um dos pontos analisados nesse estudo, foi o que os agricultores produzem, como mostra o gráfico (8):

Gráfico 8: Principais cultivos para o comércio



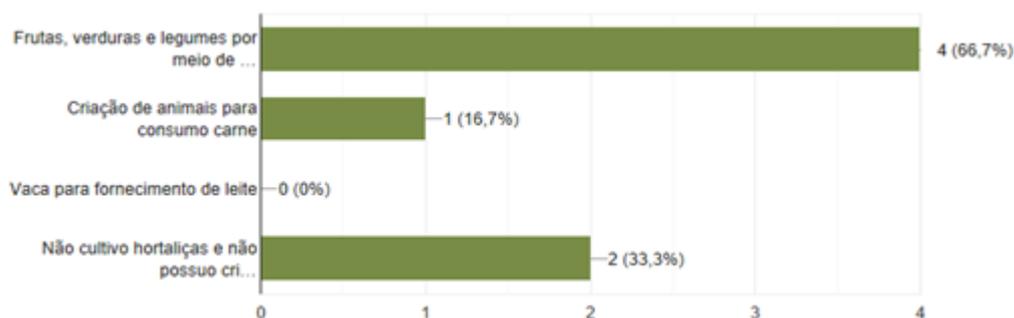
Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Assim, corroborando, o secretário de agricultura, identifica as principais culturas produzidas hoje no município são, o tomate, pimentão, repolho, pepino, feijão, feijão vage, acelga e milho.

Um dos principais fundamentos da agricultura familiar para que o agricultor consiga ter uma produção e renda segura, é tornar sua conjectura diversificada, para que diminua os riscos que possam ser expostos. (LIMA, 2015)

Já para os cultivos produzidos pelos agricultores ou tem na propriedade para o próprio consumo, é destacado no gráfico (9):

Gráfico 9: Produção e criação para próprio consumo



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Pode-se observar no gráfico (9) que ainda a pouca diversificação também para cultivos e criação para consumo próprio, e para complementar os itens de consumo próprio, é necessário fazer a compra em supermercados como mostra o gráfico (10):

Gráfico 10: Itens comprados e produzidos para consumo



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

5.3 Onde produzem e mão-de- obra.

De acordo com o que foi analisado diante das pesquisas, foi identificado que 100% dos agricultores familiares pertencentes ao PAA, arrendam a terra para poder produzir seus cultivos, como mostra o gráfico (11):

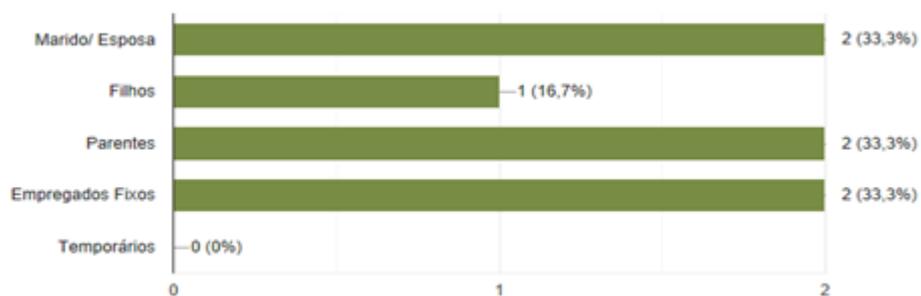
Gráfico 11: Propriedade para cultivo



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Para auxiliar na produção na propriedade, predomina-se o trabalho familiar, mas podendo conter mão-de-obra contratada. (BARROS, 2006). Nesse sentido, o gráfico (12), reafirma que principal mão de obra utilizada pelos participantes do PAA, é a familiar.

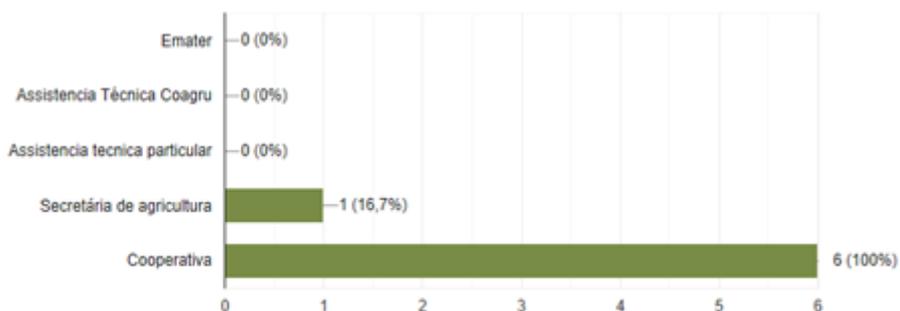
Gráfico 12: Mão-de-obra utilizada



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ainda no sentido de auxílio, mas referente as questões técnicas do cultivo e manejo da plantação, os agricultores têm ajuda de algumas organizações, como mostra o gráfico (13), onde identifica a importância do auxílio técnico principalmente por parte da cooperativa.

Gráficos 13: Auxílio técnico pelas organizações



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

5.4 Políticas públicas às quais os agricultores familiares têm acesso.

De acordo com o que foi analisado, os agricultores familiares podem ter acesso a alguns programas e projetos como o PRONAF, PNAE, PAA, entre outros. Entretanto, no

município de Camocim de São Félix, os programas que os agricultores têm acesso são o PNAE e PAA, onde esse último será analisado neste trabalho, tal programa não apresenta dificuldade no acesso, conforme indica o gráfico (1):

Gráfico 14: Dificuldades de acesso ao PAA



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A acessibilidade ao programa pode ser entendida através dos mecanismos de divulgação feita pela secretaria de agricultura do município, junto com as cooperativas e associações. Ao qual tenta promover a organização desses agricultores para melhor inseri-los nos programas. (Secretário de Agricultura)

Ainda nesse sentido, tornou-se fácil o acesso também, através da cooperativa, pois foi ela que informou sobre o programa, como mostra o gráfico (15):

Gráfico 15: Informações sobre o acesso ao programa



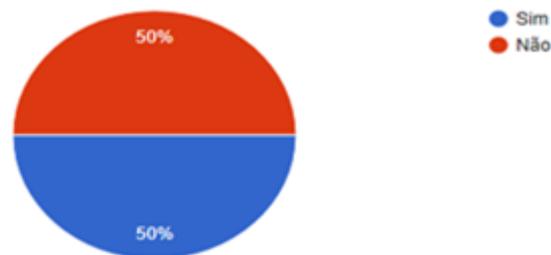
Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como ressaltado no gráfico (15), o acesso a informação sobre o programa se deu 100% por meio da cooperativa, posto, que o PAA, como tem finalidade para assegurar

renda, manter preços, se apresenta também como um criador e desenvolvedor de cooperativas e associações. (SIMÃO; SILVA; SILVEIRA, 2014)

Dentre os entrevistados, foi identificado que 50% participam de outro programa, conforme disposto no gráfico (16):

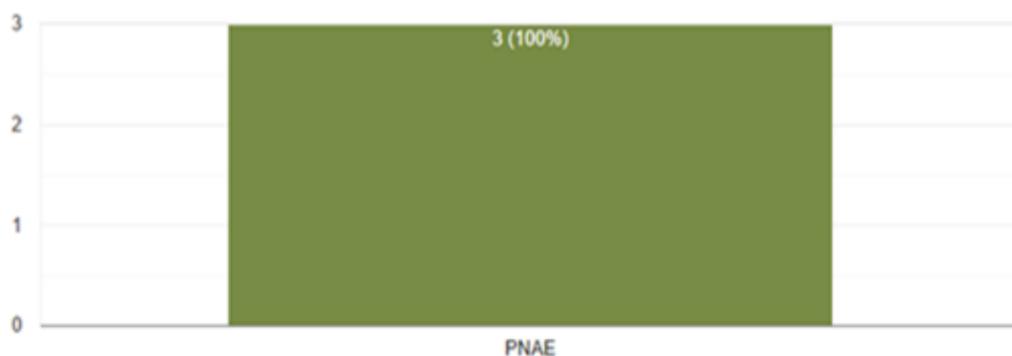
Gráfico 16: Participação dos agricultores familiares em outros programas



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Dentre esses 50% que integram outro programa, verificou-se que 100% participam do PNAE, de acordo com o gráfico (17):

Gráfico 17: Participação em outro programa



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

É nítido a importância também do PNAE, os fatores agem como um complemento do PAA, dado que o PNAE se fundamenta de forma relevante, visto que, permite juntar

as necessidades de garantia a segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes em idade escolar com uma nova forma de comercialização para a agricultura familiar, na região em que está inserida, assim, gerando emprego e renda no meio rural que afeta na economia local (RODRIGUES, et al. 2017)

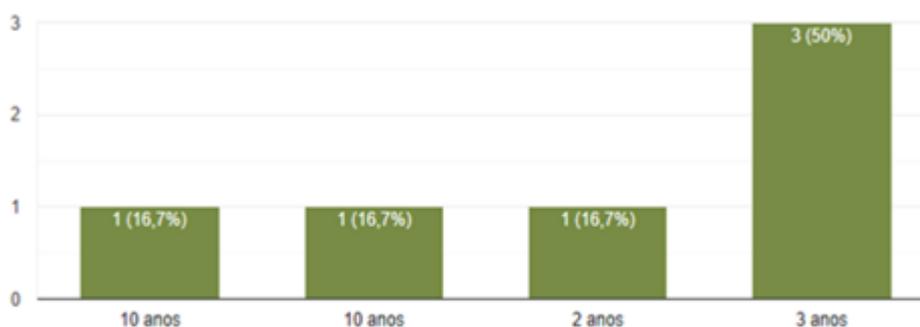
5.4 Impactos do PAA na vida dos agricultores familiares de Camocim de São Félix- PE.

O PAA, é extremamente relevante, para a sustentabilidade dos agricultores, posto que, aumenta as oportunidades de crescimento de sua família de forma mais democrática, além de inserir o agricultor e sua família de forma mais expressiva na sociedade, dado que esta classe trabalhadora foi e é desvalorizada. (Secretário de Agricultura)

Objetivando a análise, de acordo com os dados da pesquisa realizada com os agricultores familiares que fazem parte do PAA, foi identificado a quanto tempo eles participam do programa, no qual 50% dos entrevistados, tem três anos do PAA, como mostra o gráfico (18):

No que diz respeito ao tempo que os agricultores familiares, integrantes da amostra, participam do programa observa-se o seguinte: que 50% dos respondentes estão no programa a 3 anos, isso mostra o quanto é recente no município.

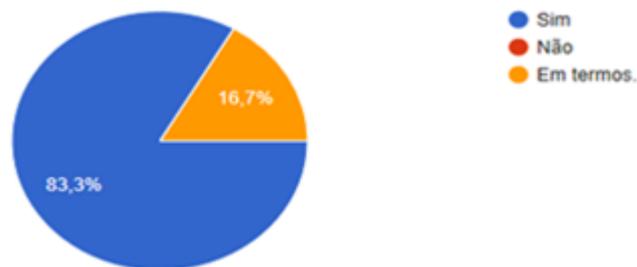
Gráfico 18: Tempo de Participação do programa



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como já foi enfatizado, Abreu (2012) reafirma uma das rotas de atuação do PAA é fortalecimento da agricultura familiar. Sendo assim, os agricultores informaram que boa parte das ações do PAA contribuíram para fortalecer a sua produção, como mostra o gráfico (19):

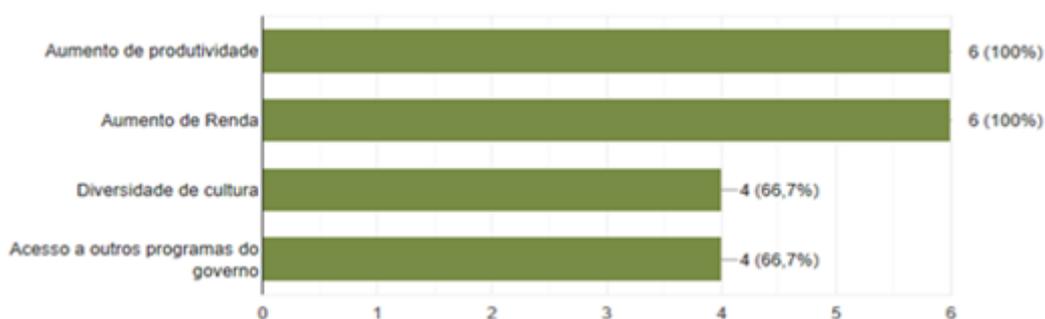
Gráfico 19: Fortalecimento da produção através do PAA



O PAA se torna um fortalecedor do mercado interno, melhorando a dieta das famílias e garantindo demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar, assim, o programa garante a inserção dos agricultores no mercado, elevando o poder aquisitivo da população rural local. (Guerra et. al 2007)

Desta forma, de acordo com os agricultores, foram evidenciados os benefícios que estão dispostos no gráfico (20):

Gráfico 20: Benefícios do PAA

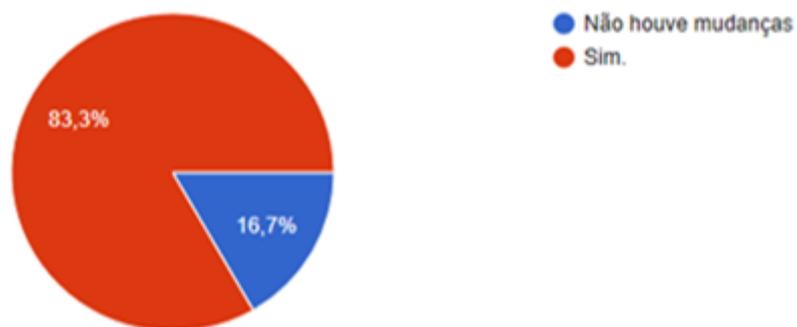


Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do exposto, nota-se que o PAA, se comporta de forma extremamente relevante, para o desenvolvimento e continuidade das atividades rurais dos agricultores referentes a produtividade e renda, porém ainda necessita principalmente propor uma maior cobertura para a diversidade de produção.

Diante dos benefícios expostos, identificou – se por meio dos agricultores, que 83,3 % tiveram mudanças, como mostra o gráfico (21):

Gráfico (21): Mudanças após o PAA

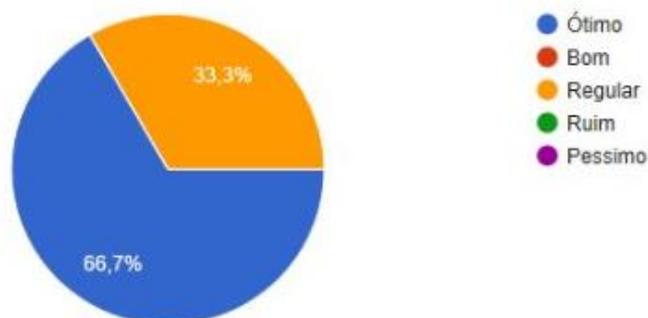


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Apesar de afirmarem que houveram mudanças, alguns dos agricultores não conseguiram mensurar o quanto foram proporcionadas pelo programa PAA, por participarem de outro.

Ainda no sentido das proposições do PAA para os agricultores rurais, o gráfico (22), apresenta o que os participantes acham do programa, onde 66,7% dos respondentes afirmam ser ótimo.

Gráfico 22: Percepção sobre o programa



6 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

6.1 Conclusão

As políticas públicas voltadas para o setor agrário, em especial, a agricultura familiar tem desempenhado papel importante, pois intervêm no processo produtivo e

comercial dos produtos agrícolas, como pode ser percebido ao analisar a cidade de Camocim de São Félix.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estabelecido no município, protagonizou importantes impactos na vida dos agricultores familiares, primeiramente pelo aumento da produção, que foi proporcionado pela comercialização de seus produtos de forma rotineira e assim, impactando diretamente no aumento da renda do agricultor. Porém, não pode ser mensurado o quanto o PAA contribui isoladamente, pois alguns dos participantes fazem parte de outro programa.

De acordo com os agricultores o PAA, em sua maioria afirmou que o programa é ótimo, mas ainda precisa melhorar.

Quanto a percepção desta autora, em relação aos agricultores, ficou nítido que todos os participantes eram do mesmo partido político do presidente da cooperativa. O qual, pode ser um fator com que estes entrevistados tenham tido tão fácil acesso. Podendo também ser fator crucial para que outros não sendo do mesmo partido político não consiga participar de programas e projetos.

6.2 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

A principal limitação encontrada para esse estudo, foi a amostra restrita, causada pela dificuldade de acesso aos participantes, onde, apenas 06 agricultores participaram do mesmo. Outro aspecto limitador foi a escassez de estudos não só voltados para a agricultura familiar, mas também em relação a outros programas no município.

Dentre as sugestões, pode ser realizado pesquisas e estudos mais abrangentes voltados para políticas públicas para o setor da agricultura familiar em Camocim de São Félix-PE.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>. Acesso em 24 de Abril de 2018.

AGRICULTURA NO BRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Agricultura_no_Brasil&oldid=51423199>. Acesso em: 19 de março de 2018.

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de Serviços e Programas Sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C.; NICOL, Robert. Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987

ALCOFORADO, Gonçalves. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA. Disponível em: <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/4.EVOLUCAO_ECONOMIA_BRASILERA.pdf>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2018.

ALMEIDA, André. A Garantia De Preços Mínimos – E A Atuação Da Companhia Nacional De Abastecimento – Conab No Período Após A Abertura Comercial: Mudanças Institucionais E Novos Instrumentos. Disponível em: <www.teses.usp.br/.../Andre_Martins_de_Almeida_versao_revisada.pdf>. Acesso em: 07 de Maio de 2018.

AMARAL, Ernesto. Tipos de avaliação. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/dcp046-111/Aula07.pdf>>. Acesso em: 21 de Novembro de 2018.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO. Recife: CONDEPE, v. 40, 1994.

APOOLINARIO, Fabio. METODOLOGIA DA CIÊNCIA. Disponível em: <http://www.academia.edu/31581450/APPOLINARIO_Fabio._Metodologia_da_Ciência>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2018.

ARAÚJO, Felipe. **Ciclo Do Café.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/ciclo-do-cafe/>>. Publicado em 2012. Acesso em:

11 de abril de 2018.

AZEVEDO, Sergio. Políticas Públicas: Discutindo Modelos E Alguns Problemas De Implementação. Disponível em: <<https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/azevedo-sergio-discutindo-modelos-e-alguns-problemas-de-implantac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em 30 de Abril de 2018.

Baccarin JG, Aleixo SS, Silva DBP, Mendonça GG. Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. In: Anais do 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural; 2011; Belo Horizonte (MG), Brasil. Belo Horizonte: SOBER; 2012. p.1-20.

BITTENCOURT, Daniela. AGRICULTURA FAMILIAR, DESAFIOS E OPORTUNIDADES RUMO À INOVAÇÃO. Disponível em: <<https://sfagro.uol.com.br/agricultura-familiar/>>. Acesso em 24 de Abril de 2018.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil**, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BRASIL. Programa De Aquisição De Alimentos – Modalidades. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidade-1>. Acesso em: 07 de Maio de 2018.

CAMPOS, Rafael. Agricultura Familiar E Políticas Públicas: Avaliação Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – Pnae No Município De Campina Da Lagoa/Pr. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1192/1/CT_GPM_I_2011_63.PDF >. Acesso em 13 de Junho de 2018.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge a crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CENSO AGROPECUÁRIO- IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 20 de Novembro de 2018.

CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ DE PIRACICABA, SP). **Agronegócio Brasileiro Emprega 19 Milhões De Pessoas**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/12/agronegocio-brasileiro-emprega-19-milhoes-de-pessoas.html>>. Acesso em: 19 de Março de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. PIB e Performance do Agronegócio. Brasília. Dez.2017. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br>>. Acesso em: 07 de Junho de 2018.

CULTURAMIX. Histórico Da Agricultura Brasileira. Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/agricultura/historico-da-agricultura-brasileira>> Acesso em: 11 de abril de 2018.

CUNHA, Carla da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Trabalho elaborado durante o curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/imagens/docs/paper29.pdf>>. Acesso em: 21 de Nov. De 2018.

DESTER, Jaqueline. Agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/11/03/agricultura-familiar-e-responsavel-por-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil.html>>. Acesso em: 21 de Novembro de 2018.

FERNANDES, Alane. O PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR: SUA CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS RESULTADOS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf>>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2018.

FIEL, Adamir de Amorim. Revolução Paradigmática Na Política Agrícola De Garantia Do Preço Mínimo (PGPM). Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 25 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55728&seo=1>>. Acesso em: 07 maio 2018.

G1.GLOBO. **Agronegócio Brasileiro Emprega 19 Milhões De Pessoas**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/12/agronegocio-brasileiro-emprega-19-milhoes-de-pessoas.html> . Acesso em: 19 de Março de 2018.

GARCIA, Mauro. Porque a Política Pública Deve Ser Avaliada?. Disponível em: <www.seplag.pe.gov.com>. Acesso em: 21 de Nov. 2018.

GESPIANOS. **POLÍTICAS PUBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**. Disponível em: < <https://gespianos.wordpress.com/2016/03/19/politicas-publicas-para-agricultura-familiar/> > Acesso em: 20 de Março de 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Agronegócio Deve Ter Crescimento De 2% Em 2017**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/agronegocio-deve-ter-crescimento-de-2-em-2017>> Acesso em: 19 de Março de 2018.

IBGE. Censo agropecuário: 2006: agricultura familiar: primeiros resultados. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750>>. Acesso em: 24 de Abril de 2018.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. **Políticas Públicas Para A Agricultura Familiar No Brasil**. Disponível em:< [https://www.researchgate.net/profile/Jandir_Ferrera_de_Lima/...](https://www.researchgate.net/profile/Jandir_Ferrera_de_Lima/) >. Acesso em 04 de Maio de 2018.

LIMA, J. et al. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o programa de**

aquisição de alimentos (PAA) no território da cidadania sertão do apodi (RN). Disponível: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos--paa--no-territorio-da-cidadania-sertao-do-apodi--rn--.pdf>>. Acesso em 22 de Abril de 2018.

LENZI, Tié. **O Que São As Políticas Públicas?**. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas/>. Acesso em: 30 de Abril de 2018.

MANZINI, Eduardo. Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivose de roteiros. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Marília.pdf>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no brasil: o caso recente do pronaf. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, n.1. p 143-158,2007.

MATTEI, Lauro. **O Papel E A Importância Da Agricultura Familiar No Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo**. Disponível em:<file:///C:/Users/rac21/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosofEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Mattei2014.pdf>. Acesso em 04 de Maio de 2018.

MEC; FNDE, SEED. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – **PNAE**. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf>. Acesso em: 07 de Maio de 2018.

MEDEIROS, Alexandro. **Políticas Públicas**. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci/%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>. Acesso em: 30 de Abril de 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTAECIMENTO. Disponível em:< <http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em 07 de Maio de 2018.

MORAES, Nídia.O OLHAR DO IDOSO SOBRE O TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS: UMA EXPERIÊNCIA NO SESC FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284797.pdf>>. Acesso em: 21 de Novembro de 2018.

OLIVEIRA, Kenny; ALMEIDA, Keyla; BARBOSA, Thiago. Disponível em: <É uma técnica de amostragem em que, como o próprio nome implica, a amostra é identificada primeiramente por conveniência. Elementos são incluídos na amostra sem probabilidades

previamente especificadas ou conhecidas de eles serem selecionados>. Acesso em: 23 de Novembro de 2018.

PENA, Rodolfo. **Agricultura** Disponível em: <http://Mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/agricultura-no-brasil-atual.htm#disqus_thread>. Publicado em 2017. Acesso em 11 de abril de 2018.

PENA, Rodolfo. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://escolakids.uol.com.br/agricultura-familiar.htm>> Acesso em: 19 de Março de 2018.

PORTO. Ulisses. **Características Das Políticas Públicas**. Disponível em: <http://portosalvador.blogspot.com.br/2010/07/caracteristicas-das-politicas-publicas.html>. Acesso em: 30 de Abril de 2018.

RODRIGO, Rafael. **A Aquisição De Alimentos Da Agricultura Familiar Pelo Pnae No Município De Alegre -ES**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/26701/20066>>. Acesso em: 07 de Maio de 2018.

RODRIGUES, Marta M. **Assumpção. Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).

SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER et al. (Orgs.). **Políticas públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. P. 21-50.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STUCKKEY. **AGRICULTURA NO BRASIL**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Agricultura_no_Brasil&oldid=51423199>. Acesso em: 19 de março de 2018.

VIEIRA FILHO, José Eustaquio; FISHLOW, Albert. **AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL-INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE**. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170404_livro_agricultura_no_brasil.pdf>. Acesso em: 08 de Junho de 2018.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar — novas perspectivas de análises. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rap/v48n4/a05v48n4.pdf>. Acesso em 15 de Maio de 2018.

APÊNDICE A

Questionário de entrevista com agricultores familiares participantes do PAA –
Programa de Aquisição de Alimentos.

NOME: _____

a) Faixa etária:

() Menor de 18 anos () Entre 18 e 20 anos () de 21 a 30 anos

() de 31 a 40 anos () Entre 41 e 50 anos () acima de 50 anos

b) Nível de escolaridade

() analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo

() 2º grau completo () 2º grau incompleto () 3º grau incompleto

() 3º grau completo

c) Estado civil: () solteiro () casado () outros: _____

d) Quantas pessoas na família: _____

e) Quanto tempo reside na área rural _____

f) Propriedade rural: () moradia () mora na cidade

Tamanho da propriedade: _____

Localização: _____

Forma de acesso ao município: _____

Condições de tráfego: _____

g) Exerce outra atividade a não ser rural: () não () sim

Qual: _____

h) Qual a cultura agropecuária que cultiva:

Principal: _____

Secundária: _____

Terciária: _____

–

i) Os produtos usados na alimentação familiar é em sua maioria:

cultivado na propriedade comprado em supermercados

j) Para consumo próprio o que você cultiva ou tem na propriedade:

frutas, verduras e legumes por meio de hortas

criação de animais para consumo carne

vaca para fornecimento de leite

não cultivo hortaliças e não possuo criação de animais

k) Quantas pessoas trabalham na propriedade?

esposa filhos parentes

empregados: fixos: ____ temporários: _____.

l) Para auxiliar na agropecuária, você tem auxílio de quem:

Emater Assistência técnica Coagru Assistência Técnica particular

Secretaria da Agricultura, e Secretaria da Educação

m) Há quanto tempo participa deste programa? _____

n) Quais os produtos que você cultiva na propriedade e entrega?

Milho

Feijão

Mandioca

Batata

Tomate

Acelga

Outro. Qual? _____.

o) Como ficou sabendo do programa?

Cooperativa

Associação

Agricultores

Outro. Qual? _____.

p) O que você acha deste programa: Ótimo bom Regular ruim Péssimo

Porque? _____.

q) Teve dificuldade para participar programa: Não.

Se sim :

- Dificuldade de acesso.
- Falta de informação.
- Adequação do programa.
- Outro. Qual? _____.

r) Quais os benefícios do programa.

- Aumento da produtividade.
- Aumento de renda.
- Diversidade de cultura
- Acesso a outros programas do governos
- Outro. Qual?

s) O que você acha que poderia Melhorar?

u) As ações do PAA contribuíram para fortalecer sua produção?

Sim

Não

Em termos

x) Houve mudanças após o programa PAA?

Não houve mudanças

Sim. Quais ? _____

u) Você participa de outro programa destinado à agricultura familiar:

não sim: Qual: _____.

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista

Nome: _____

Cargo: _____

1. Como começou a agricultura em Camocim de São Félix-PE
2. Quais as principais culturas que eram produzidas, e como foi e é produzida?
3. Quais as principais culturas que são produzidas hoje em dia e como é produzida?
4. Relação do quantitativo de agricultores em Camocim de São Félix
5. Quais políticas públicas atualmente está a serviço dos agricultores?
6. Quais programas e projetos os agricultores têm acesso? A quantidade de agricultores que são favorecidos com os projetos e programas?
7. Faz quanto tempo que esse projeto começou a vigorar no município?